

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

ATA DA 138ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA

REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2026 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Data: 03/06/2026

Horário de Início: 15:h00

Modalidade: Presencial

Local: Local: Câmara Municipal dos Vereadores – Prestes Maia (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO), andar –1.

Pauta:

1. Abertura dos trabalhos e verificação de quórum;
2. Apresentação do parecer jurídico sobre a figura do “Conselheiro Amigo”;
3. Apresentação da nova Coordenadora de Políticas para a População em Situação de Rua;
4. Informes sobre a reunião ordinária não realizada no mês de maio de 2026;
5. Apreciação e aprovação da ata da 137ª Reunião Ordinária;
6. Informes sobre o processo eleitoral do Comitê Pop Rua;
7. Discussão sobre a Operação Baixas Temperaturas;
8. Debate sobre habitação, locação social e Programa Reencontro;
9. Discussão sobre políticas habitacionais para a população em situação de rua;
- 10.Registros das falas Abertas;
- 11.Debate sobre Funcionamento das Reuniões;
- 12.Encaminhamentos;
- 13.Assuntos gerais e encerramento.

Participantes Governo: Josué Durval (SMDHC), Thiago Fijos de Souza (SME), Mary Luciana da Cunha (SMADS).

Participantes de Governo Suplentes: I.S. Robson Pires de Moraes (SMSU), Érico Casagrande (SMSUB), Vanessa Correia Gomes (SMADS), Amanda Mª Massuyam (SEAHB).

Participantes Sociedade: Civil: Gisele Abreu.

Participantes Organização Social: Darcy Costa (CISARTE), Beatriz Clemente (FÓRUM DA CIDADE), Sheila Marcolino (CENTRO GASPAR GARCIA), Cleiton Ferreira(CENTRO DE COVIVÊNCIA É de LEI).

1. Abertura dos Trabalhos.

Às 15h00, o Presidente do Comitê, Sr. Josué, representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), iniciou os trabalhos da

Ata 138ª Reunião Ordinária do Comitê Pop Rua, procedendo à verificação de quórum dos representantes do poder público e da sociedade civil.

Não havendo quórum suficiente na primeira chamada, foi aguardado o prazo regimental para realização da segunda chamada.

Após nova verificação das presenças, constatou-se a existência de quórum para instalação da reunião, sendo declarada aberta a sessão.

2. Informes sobre a Figura do Conselheiro Amigo.

A Presidência apresentou ao plenário parecer jurídico elaborado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania acerca da figura denominada “Conselheiro Amigo”, utilizada historicamente no âmbito do Comitê Pop Rua.

Foi informado que, após análise da legislação aplicável, concluiu-se que a referida figura não possui previsão na Lei Municipal nº 17.252/2019, no Decreto Municipal nº 62.149/2023, tampouco no Regimento Interno do Comitê Pop Rua. Nesse sentido, destacou-se que a institucionalização dessa nomenclatura não encontra respaldo jurídico e pode gerar questionamentos quanto à legitimidade das deliberações do colegiado, uma vez que a Administração Pública está submetida ao princípio da legalidade estrita, segundo o qual somente é permitido praticar atos expressamente autorizados em lei.

O parecer também esclareceu que a criação de figuras informais pode colidir com o regime de responsabilidades estabelecido pela Lei Federal nº 13.019/2014, considerando que a participação de organizações da sociedade civil e de cidadãos nos espaços colegiados deve ocorrer pelas vias institucionais formalmente previstas, seja por meio da titularidade ou da suplência regularmente constituídas. Ressaltou-se, ainda, que atos praticados por pessoas sem a devida investidura podem ser considerados juridicamente inexistentes ou nulos.

Por outro lado, foi destacado que a participação da sociedade civil permanece plenamente assegurada pelos dispositivos do Regimento Interno, especialmente pelo Art. 7º, parágrafo único, e pelo Art. 8º, que permitem a presença de convidados e membros da coletividade nas reuniões, com possibilidade de manifestação mediante aprovação do plenário, sem que isso implique atribuição de voto ou investidura em cargo de conselheiro.

O tema suscitou amplo debate entre os presentes, que rememoraram o contexto histórico de criação da figura do (Conselheiro Amigo), adotada em período de baixa participação dos membros titulares e suplentes, com o objetivo de incentivar a participação social e contribuir para o funcionamento do Comitê. Foram registradas manifestações reconhecendo a relevância da iniciativa para a ampliação do diálogo com a sociedade civil, bem como ponderações acerca da necessidade de observância dos limites legais e regimentais vigentes.

Após as discussões, registrou-se o entendimento de que a nomenclatura (Conselheiro Amigo) deixará de ser utilizada oficialmente no âmbito do Comitê Pop Rua. Ficou consignado que a participação de cidadãos e representantes da sociedade civil continuará garantida nos termos previstos pelo Regimento Interno, especialmente com fundamento no Art. 8º, na condição de convidados ou membros da coletividade com direito à voz, quando autorizado pelo plenário, vedada a utilização de qualquer denominação que possa sugerir

investidura formal, poder de voto ou condição de membro do colegiado. Como encaminhamento, foi recomendada a observância estrita das disposições regimentais relativas à participação da coletividade, de modo a mitigar riscos de questionamentos acerca da legitimidade das deliberações e assegurar a conformidade das atividades do Comitê com os princípios da legalidade e da segurança jurídica.

3. Apresentação da Nova Coordenadora.

Sr. Josué, apresentada a nova Coordenadora de Políticas para a População em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Adriana Apolinário.

A coordenadora agradeceu a recepção dos membros do Comitê e manifestou sua disposição para atuar em parceria com os conselheiros e representantes da sociedade civil, visando ao fortalecimento das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.

Os membros presentes deram as boas-vindas à nova coordenadora.

4. Reunião Ordinária Não Realizada no Mês de Maio.

Sr. Josué, informou que a reunião ordinária prevista para o mês de maio de 2026 não pôde ser realizada em razão das mobilizações e manifestações promovidas por servidores públicos municipais na região da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Considerando a necessidade de cumprimento do calendário anual de reuniões, foi debatida a necessidade de remarcação da reunião não realizada, ficando o assunto para definição em momento oportuno.

5. Aprovação da Ata 137ª da Reunião Anterior.

Foi submetida à apreciação dos membros a ata da 137ª Reunião Ordinária do Comitê Pop Rua.

Após consulta aos presentes, à ata foi aprovada pela maioria dos membros presentes, Sr. Cleiton informou não ter realizado a leitura prévia do documento, mas aprova mediante a confiança nos demais representantes.

Ficou, assim, aprovada a ata da reunião realizada em abril de 2026.

6. Processo Eleitoral do Comitê Pop Rua.

Os representantes da sociedade civil solicitaram informações sobre o andamento do processo eleitoral para renovação da composição do Comitê.

A Presidente informou que os setores responsáveis da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania estão conduzindo os procedimentos administrativos necessários para a realização das eleições, com o objetivo de viabilizar a nova composição do colegiado ainda no segundo semestre de 2026.

Foi esclarecido que, até o momento, não havia cronograma oficial aprovado para divulgação aos membros.

7. Operação Baixas Temperaturas.

Os participantes debateram a execução da Operação Baixas Temperaturas diante da intensificação das baixas temperaturas registradas na cidade de São Paulo.

Representantes da sociedade civil relataram dificuldades verificadas nos territórios, especialmente quanto à oferta de estruturas de acolhimento e atendimento emergencial para a população em situação de rua.

Foram solicitados esclarecimentos acerca das ações adotadas pelo poder público e da disponibilidade de equipamentos e serviços voltados ao enfrentamento das condições climáticas adversas.

8. Habitação, Locação Social e Programa Reencontro.

A pauta referente à moradia ocupou parte significativa da reunião.

Foram apresentadas manifestações sobre:

- o empreendimento habitacional Asdrúbal do Nascimento;
- critérios de seleção dos beneficiários;
- acompanhamento das famílias atendidas;
- ocupação e utilização das unidades habitacionais;
- denúncias de possíveis irregularidades;
- situação do Programa Reencontro e do Auxílio Reencontro;
- perspectivas de ampliação das políticas habitacionais para a população em situação de rua.

Representantes da sociedade civil destacaram preocupações quanto à transparência dos critérios de seleção e à necessidade de fiscalização permanente dos empreendimentos e programas existentes.

Representantes do poder público esclareceram que denúncias formalizadas estão sendo analisadas pelos órgãos competentes e que os processos administrativos encontram-se em tramitação.

9. Debate sobre Política Habitacional.

Durante as discussões, foi ressaltada a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de moradia destinadas à população em situação de rua.

Foram mencionadas:

- a importância da implementação das diretrizes já previstas na legislação municipal;
- a necessidade de ampliação da oferta de moradias definitivas;
- a adesão a programas habitacionais voltados à população vulnerável;
- a construção conjunta de propostas entre sociedade civil e poder público;
- o acompanhamento do Plano Municipal para a População em Situação de Rua.

Também foi informado que existem articulações em andamento para inclusão do Município de São Paulo em iniciativas habitacionais voltadas à população em situação de rua, observadas as diretrizes federais aplicáveis.

10. Falas Abertas:

Alderon,

Informou sobre a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, agendada para 09 de junho de 2026.

Destacou que a audiência teria como temas centrais moradia, geração de renda e enfrentamento da violência contra a população em situação de rua.

Solicitou o comparecimento e a participação das secretarias municipais convidadas, ressaltando a importância do diálogo intersetorial.

Jennifer Lee – Moradora da Vila Reencontro Armênia II,

Relatou preocupação com o futuro das famílias atendidas pelo Programa Vila Reencontro.

Criticou a limitação temporal dos atendimentos e a ausência de alternativas habitacionais permanentes.

Defendeu a ampliação da política de locação social como alternativa mais eficaz do que benefícios temporários.

Reivindicou maior atenção da Secretaria Municipal de Habitação às demandas dos moradores.

Relatou sentimento de insegurança e incerteza em relação à continuidade do atendimento das famílias.

Maria Mercês,

Relatou situação pessoal envolvendo desligamento de serviço habitacional durante período de internação hospitalar.

Informou ter ficado em situação de rua após alta médica.

Denunciou supostas violações de direitos de pessoas idosas acolhidas em equipamentos habitacionais.

Relatou dificuldades relacionadas à alimentação, saúde e condições de permanência em equipamento voltado à população idosa.

Solicitou providências dos órgãos públicos responsáveis.

Júlia,

Manifestou solidariedade ao relato de Maria Mercês.

Informou que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara já havia identificado situações semelhantes envolvendo desligamentos de idosos durante internações hospitalares.

Reforçou a necessidade de revisão dos procedimentos adotados nesses casos.

Voltou a defender a realização das reuniões na Secretaria Municipal de Direitos Humanos para ampliar o tempo de debate.

Criticou a limitação temporal das reuniões realizadas na Câmara Municipal.

Cobrou ampliação da Operação Baixas Temperaturas diante do aumento do número de pessoas em situação de rua.

Relatou visita realizada à tenda emergencial próxima ao Parque Dom Pedro, destacando filas extensas e insuficiência da estrutura existente.

Solicitou esclarecimentos da assistência social sobre vagas emergenciais disponibilizadas durante o período de frio intenso.

José França,

Manifestou apoio à continuidade da participação dos antigos “Conselheiros Amigos”.

Questionou a baixa presença de conselheiros titulares e suplentes eleitos.

Defendeu que participantes históricos continuem contribuindo para os debates

independentemente da nomenclatura utilizada.

Desejou êxito à nova coordenação.

Destacou a importância do comprometimento dos futuros candidatos nas próximas eleições do Comitê.

Castor Guerra,

Reiterou posicionamento contrário à extinção da figura do “Conselheiro Amigo”. Recordou que a criação ocorreu para suprir ausências frequentes de representantes eleitos.

Defendeu a legitimidade da decisão tomada em gestões anteriores.

Solicitou reconhecimento da contribuição histórica dos participantes que atuaram nessa condição.

Cleiton Ferreira – Centro de Convivência É de Lei,

Defendeu que os conflitos institucionais não deveriam comprometer a construção coletiva das políticas públicas.

Ressaltou que a criação do “Conselheiro Amigo” ocorreu em contexto de forte crise institucional.

Criticou o encerramento de equipamentos e espaços voltados à população vulnerável, especialmente pessoas LGBTQIA+, pessoas trans e demais grupos historicamente excluídos.

Solicitou esclarecimentos sobre os fechamentos e os impactos causados aos usuários.

Reforçou a necessidade de respostas concretas do poder público.

11. Debate sobre Funcionamento das Reuniões

Júlia,

Propôs o retorno das reuniões para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Argumentou que o tempo atual de reunião é insuficiente para apreciação adequada das pautas.

Sugeriu ampliação da duração dos encontros para aproximadamente três horas.

Josué Durval Aguiar Junior,

Informou que as limitações decorrem da disponibilidade do espaço da Câmara Municipal.

Comprometeu-se a verificar a possibilidade de utilização de horário ampliado junto ao cerimonial da Câmara.

Ressaltou a necessidade de cumprimento dos horários estabelecidos institucionalmente.

Cleiton Ferreira,

Defendeu que o tempo necessário para debate das pautas da população em situação de rua exige reuniões mais longas.

Observou que o intervalo mensal entre reuniões torna ainda mais importante a existência de espaço adequado para manifestação dos participantes.

Criticou excessos burocráticos que dificultam o encaminhamento das demandas discutidas pelo Comitê.

12. Encaminhamentos Deliberados

Após consolidação das manifestações, registrou os seguintes encaminhamentos:

Operação Baixas Temperaturas (OBT)

Realizar discussão específica sobre as tendas emergenciais e a capacidade de acolhimento durante o período de frio intenso.

Auxílio Reencontro

Solicitar esclarecimentos sobre os critérios, prazos de permanência e situação das famílias atendidas.

Habitação

Retomar o debate sobre as políticas habitacionais destinadas à população em situação de rua.

Analisar documentos e propostas anteriormente produzidos pelo Comitê.

Grupo de Trabalho de Habitação

Aprovação da proposta de constituição de Grupo de Trabalho para aprofundamento do tema.

Manifestaram interesse inicial de participação representantes da sociedade civil e do poder público.

Vila Reencontro

Possibilidade de nova convocação de representantes do programa para esclarecimentos e apresentação de informações atualizadas ao Comitê.

Processo Eleitoral

Manutenção do acompanhamento das providências relacionadas à futura eleição do Comitê, em articulação com o Departamento de Participação Social.

Reunião Extraordinária

Discussão sobre a realização de reunião extraordinária voltada especialmente à Operação Baixas Temperaturas e demais temas emergenciais do período de inverno.

13. Assuntos gerais e encerramento

Josué Durval Aguiar Junior

Agradeceu a presença dos representantes do poder público, da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos participantes presentes.

Reafirmou o compromisso da coordenação com a continuidade dos trabalhos do Comitê.

Declarou encerrada a 139ª Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os participantes, destacando a importância do diálogo entre poder público e sociedade civil para o fortalecimento das políticas voltadas à população em situação de rua.

Sem mais para o momento a reunião foi encerrada.